

ÍNDICE

<i>Abreviaturas</i>	7
<i>Ao Leitor (1ª edição)</i>	29
<i>Ao Leitor (2ª edição)</i>	31
<i>Ao Leitor (6ª edição)</i>	33

LIVRO I TEORIA GERAL DO DIREITO FALIMENTAR

PARTE I — INTRODUÇÃO AO DIREITO FALIMENTAR

1. Introdução	39
1.1. Origem etimológica da palavra “falência”	39
1.2. História	41
1.2.1. Primórdios	41
1.2.2. Fases do Direito Falimentar — as Ordenações	42
1.2.3. Fase imperial	46
1.2.4. Fase republicana	47
1.2.5. Fase pré-empresarial	49
1.2.6. Tramitação do Projeto de Lei n. 4.376/93	50
1.2.7. Tendências do direito internacional	53
1.2.8. Lei n. 11.101, de 9 de fevereiro de 2005	56
2. Características e destinação legal	59
2.1. Destinação legal.....	59
2.2. Conceito de empresário	60
2.2.1. Evolução do conceito de empresário	61
2.2.1.1. Quadro-resumo	63
2.2.2. Pessoas impedidas de exercer a atividade empresarial	63
2.3. Casos de não incidência.....	68
2.3.1. Casos de não incidência absoluta	69
2.3.2. Casos de não incidência relativa	71
2.4. Casos especiais de incidência, com restrições temporais ou de legitimidade ativa	74
2.5. Quadro-resumo	78

PARTE II — DISPOSIÇÕES COMUNS À RECUPERAÇÃO JUDICIAL E À FALÊNCIA

3. Procedimento de verificação de crédito	83
3.1. Momento para a verificação de créditos	83
3.2. Processamento das declarações tempestivas de crédito	85
3.2.1. Do pedido	88
3.2.2. Requisitos da petição inicial	89
3.2.3. Do processamento do pedido	93
3.2.4. Impugnações aos pedidos	94
3.2.5. Julgamento dos pedidos e das impugnações	96
3.2.6. Impugnação de crédito trabalhista	97
3.2.7. Renovação de pedido de habilitação de crédito já julgado	100
3.3. Procedimento das habilitações retardatárias	101
3.4. Verificação de créditos dos credores particulares dos sócios solidários	104
3.5. Ação rescisória de exclusão, reclassificação ou retificação de crédito	106
4. O administrador judicial	108
4.1. Funções do administrador judicial e sua natureza	108
4.2. Classificação dos atos do administrador judicial	111
4.3. A escolha, a nomeação e o compromisso do administrador judicial	115
4.4. Impedimentos e incompatibilidades	119
4.5. Substituição e destituição do administrador judicial	120
4.6. A remuneração do administrador judicial	122
4.7. Responsabilidade do administrador judicial	125
4.8. Prestação de contas	126
5. Comitê e assembleia geral de credores	127
5.1. Conceitos	127
5.2. Origens do Comitê de Credores	127
5.3. Constituição do Comitê de Credores	131
5.4. Composição do Comitê de Credores	132
5.5. Regime jurídico do Comitê de Credores	135
5.6. Origens da assembleia geral de credores	138
5.7. Atribuições da assembleia geral de credores	139
5.8. Regime jurídico da assembleia geral de credores	140

5.9. O exercício do voto na assembleia geral de credores.....	144
5.10. Efeitos das deliberações	150

LIVRO II

DA RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS EM JUÍZO

6. Disposições comuns às formas de recuperação	155
6.1. Crise econômico-financeira.....	155
6.2. Formas de recuperação.....	157
6.3. Princípios norteadores	158
6.4. Requisitos	160
6.4.1. Requisitos comuns e especiais	160
6.4.2. Exigências quanto ao exercício da atividade empresarial	160
6.4.3. Impedimentos.....	162
6.5. Legitimidade ativa	166
6.5.1. A questão do sócio remanescente	166
6.5.2. A questão da legitimidade do credor e do Ministério Público.....	167
6.6. Distinções entre os instrumentos legais.....	169
6.6.1. Distinção quanto à extensão econômica do exercício empresarial	169
6.6.2. Distinção quanto ao universo de credores.....	171
6.6.3. Distinção quanto ao curso da prescrição das ações e execuções individuais dos credores.....	173
6.6.4. Distinção quanto ao procedimento.....	173
6.6.5. Distinção quanto às restrições à administração da empresa	174
6.6.6. Distinção quanto aos meios de recuperação.....	174
7. Meios de recuperação	177
7.1. Classificação.....	177
7.2. Meios dilatórios, remissórios ou mistos	178
7.3. Meios com predominância sobre o perfil subjetivo da empresa	179
7.4. Meios com predominância sobre o perfil objetivo da empresa	185
7.5. Meios com predominância sobre o perfil funcional da empresa	192

7.6. Meios com predominância sobre o perfil corporativo da empresa.....	195
8. Recuperação judicial.....	196
8.1. Fases do procedimento	196
8.2. Fase do pedido e de processamento.....	197
8.2.1. Apresentação do pedido	197
8.2.1.1. Documentação contábil	198
8.2.1.2. Certidões e documentos que constam do Registro Público.....	201
8.2.1.3. Relações descritivas, contendo informações de cunho patrimonial não sujeitas à escrituração contábil	202
8.2.2. Decisão de processamento	204
8.3. Fase do plano de recuperação	207
8.3.1. Limitações ao plano	207
8.3.2. Publicação do aviso.....	208
8.4. Fase de concessão e cumprimento.....	208
8.4.1. Objeção dos credores	209
8.4.2. Convocação da assembleia geral.....	209
8.4.3. Deliberação sobre o plano apresentado.....	210
8.4.4. Constituição do Comitê de Credores	213
8.4.5. Apresentação de certidões.....	214
8.4.6. Decisão de concessão	217
8.4.7. Efeitos da decisão de concessão.....	219
8.4.8. Situações não atingidas pela sentença concessiva.....	224
8.4.9. Recurso.....	225
8.4.10. Período de cumprimento	225
8.5. Resumo gráfico do processo de recuperação judicial ordinário	228
8.6. Recuperação judicial especial.....	229
9. Convolução de recuperação em falência.....	232
9.1. Causas que acarretam a convolução de recuperação em falência	232
9.2. A não apresentação do plano (art. 73, II)	233
9.3. A apresentação tempestiva do plano e sua rejeição (art. 73, III)	233
9.4. Deliberação da assembleia geral (art. 73, I)	234
9.5. Descumprimento de obrigação assumida (art. 73, IV)	235

9.6. Efeitos da cōnvolução.....	235
10. Recuperação extrajudicial.....	237
10.1. Conceito e noções.....	237
10.2. Pedido de recuperação extrajudicial.....	238
10.3. Documentação necessária.....	239
10.4. Procedimento da recuperação extrajudicial.....	240
10.5. Efeitos da sentença homologatória.....	241
10.6. Recurso e outras formas privadas de acordo.....	241

LIVRO III DA FALÊNCIA

PARTE I — SISTEMAS E PROCEDIMENTOS PRÉ-FALIMENTARES

11. Caracterização e pressupostos do estado falimentar.....	247
11.1. Introdução e conceito inicial.....	247
11.2. O procedimento pré-falimentar ou fase preliminar.....	249
11.3. Sistemas de caracterização do estado falimentar.....	250
11.3.1. A impontualidade e os atos de falência.....	250
11.3.2. Outros critérios.....	250
11.4. Pressupostos do estado falimentar.....	251
12. A legitimidade ativa.....	254
12.1. O credor legitimado a requerer a falência.....	254
12.2. Natureza do crédito e do credor.....	254
12.3. Credor empresário.....	254
12.4. Credor sem domicílio no Brasil.....	255
12.5. Credor com garantia real.....	255
12.6. Credor privilegiado fiscal.....	255
12.7. Credor privilegiado trabalhista.....	258
12.8. O sócio, mesmo acionista ou comanditário.....	259
12.9. Credor debenturista.....	261
12.10. Litisconsorte ativo.....	262
13. O sistema da impontualidade.....	264
13.1. A obrigação líquida e o título executivo.....	264
13.2. Os títulos executivos previstos na Lei Processual Civil ...	265
13.2.1. Aluguel.....	266
13.2.2. Cheque pré-datado.....	266
13.2.3. Contrato de caução — fiança bancária.....	266

13.2.4. Contrato de caução — fiança bancária, necessidade de título	266
13.2.5. Duplicata representada apenas por boletos bancários	267
13.2.6. Duplicata de prestação de serviços	268
13.2.7. Título executivo sujeito a cálculo aritmético	269
13.2.8. O crédito bancário rotativo	269
13.2.9. O contrato de câmbio	271
13.3. Títulos executivos previstos em outras leis	271
13.4. O protesto	274
13.5. Do pedido com base no art. 94, I — documentos que devem acompanhá-lo	276
13.6. Da citação	277
13.7. Defesa com e sem depósito elisivo	279
13.7.1. Depósito elisivo	280
13.7.2. Oposição e citação de sócios	280
13.8. O rito do art. 94, I	281
14. O sistema da impuntualidade: a matéria de defesa	282
14.1. Defesas	282
14.2. Falsidade do título da obrigação	282
14.3. Prescrição	284
14.4. Nulidade de obrigação ou de título	287
14.4.1. Erro e ignorância	288
14.4.2. Dolo	289
14.4.3. Coação	290
14.4.4. Estado de perigo e lesão	291
14.4.5. Simulação	292
14.4.6. Fraude	293
14.4.7. Resumo gráfico	295
14.5. Pagamento da dívida	296
14.6. Qualquer motivo que extinga ou suspenda o cumprimento da obrigação, ou exclua o devedor do processo da falência	296
14.7. Vício em protesto ou seu instrumento	298
14.8. Apresentação de pedido de recuperação judicial no prazo da contestação	298
14.9. Casos especiais de defesa, relativos a restrições temporais ou de legitimidade ativa	298

15. O sistema dos atos de falência.....	300
15.1. Prática de atos de falência	300
15.2. Execução frustrada	301
15.3. Liquidação precipitada; uso de meio ruinoso ou fraudulento	303
15.4. Negócio simulado ou alienação de parte ou da totalidade de seu ativo	304
15.5. Trespasse de estabelecimento.....	305
15.5.1. Noção de estabelecimento empresarial.....	306
15.5.2. O conceito de Oscar Barreto Filho	307
15.5.3. Definição jurídica	307
15.5.4. Natureza jurídica.....	308
15.5.5. Elementos do estabelecimento empresarial.....	309
15.5.6. Outras consequências jurídicas do trespasse do estabelecimento empresarial.....	311
15.6. Oferecimento de garantia real em detrimento de outros credores	311
15.7. Ausência ou abandono de estabelecimento	312
15.8. Documentos que devem acompanhar o pedido	313
15.9. Do rito	314
15.10. O rito do art. 94, II.....	316
15.11. O rito do art. 94, III.....	316
16. O sistema da autofalência	317
16.1. A confissão da falência pelo devedor.....	317
16.2. Procedimento do art. 105.....	318
16.3. Natureza do pedido de autofalência.....	318
16.4. Natureza da dívida	318
16.5. Processamento do pedido	319
16.6. Legitimidade para o pedido	320
16.6.1. A representação do empresário individual ou da sociedade contratual	320
16.6.2. As sociedades por ações	321
16.6.3. O cônjuge sobrevivente, o inventariante e o herdeiro	322
16.6.4. As instituições financeiras.....	322
16.7. Oposição e citação de sócios	322
16.8. Desistência do pedido.....	323
16.9. O rito do art. 105 — autofalência.....	324

PARTE II — DA SENTENÇA JUDICIAL E SEUS EFEITOS

17. O Juízo falimentar.....	327
17.1. Fixação da competência judicial	327
17.2. Unidade, indivisibilidade e universalidade do Juízo	329
17.2.1. Ações não reguladas pela Lei Falimentar, em que o falido figure como autor ou litisconsorte ativo..	330
17.2.2. Falido autor, em ação regulada pela Lei Falimentar.....	331
17.2.3. Ações de despejo em que a massa falida figure como ré	332
17.2.4. Execuções individuais dos credores, anteriores à decretação da falência.....	333
17.2.5. Ações trabalhistas.....	334
17.2.6. Execuções fiscais.....	335
17.2.7. Ações que se processam na Justiça Federal por força da competência privativa	336
17.2.8. Ações relativas a imóveis	337
17.2.9. Ações ajuizadas antes da quebra, com citação também anterior.....	337
17.3. Resumo da matéria	339
18. A sentença falimentar	341
18.1. Natureza da sentença declaratória de quebra.....	341
18.2. Requisitos da sentença de falência	341
18.2.1. O relatório da sentença falimentar.....	342
18.2.2. A motivação da sentença	344
18.2.3. O dispositivo da sentença	344
18.2.3.1. Termo legal da falência.....	345
18.2.3.2. Nomeação do administrador judicial.....	349
18.2.3.3. Prazo para as habilitações de crédito.....	352
18.2.4. Outras determinações na sentença.....	352
18.3. Recursos contra a sentença falimentar	356
18.4. Efeitos da sentença denegatória.....	358
18.5. Indenização por dano material.....	358
18.6. Indenização por dano moral	360
19. Efeitos jurídicos da sentença declaratória em relação aos credores.....	361
19.1. Principais efeitos	361

19.2. Suspensão do curso da prescrição	362
19.3. Suspensão das ações e execuções individuais dos credores..	363
19.4. Vencimento antecipado das dívidas.....	367
19.4.1. Cláusulas penais dos contratos unilaterais	369
19.4.2. A conversão dos créditos em moeda estrangeira..	371
19.4.3. Obrigações sujeitas a condição suspensiva: sem vencimento antecipado	372
19.5. Formação da massa de credores	373
19.5.1. Credores não concorrentes à falência	374
19.5.2. Credor que não dispõe do título de seu crédito	378
19.6. Suspensão do direito de retenção	379
19.7. Suspensão da fluência de juros.....	380
19.8. Regulamentação do direito de credores de coobrigados solidários	381
19.8.1. Credor de obrigação solidária	381
19.8.2. Devedor falido com obrigações extintas.....	382
19.8.3. Direito de regresso	382
19.8.4. Cobrança de uma massa devedora de obrigação so- lidária por outra	386
19.8.5. Direitos de codevedores solventes	386
19.9. Direitos dos credores na condução da falência.....	387
20. Efeitos jurídicos da sentença declaratória em relação ao falido e aos administradores e liquidantes	390
20.1. Obrigações impostas ao falido.....	390
20.2. Obrigações consistentes em entrega.....	391
20.2.1. Primeiro momento	391
20.2.2. Segundo momento	394
20.3. Obrigações consistentes em atos de fazer, impostos ao fa- lido.....	396
20.3.1. A declaração do art. 104, I.....	396
20.3.2. Obrigação de colaborar com o ágil processamen- to da falência.....	398
20.4. Restrição ao livre direito de ausentar-se da comarca	400
20.5. Extensão das obrigações.....	400
20.6. Remuneração do falido.....	402
20.7. Restrições de direitos.....	403
20.8. Direitos atribuídos ao falido	404

21. Efeitos jurídicos da sentença declaratória em relação aos bens do empresário individual falido e dos sócios da sociedade falida	405
21.1. Hipóteses de desapossamento	405
21.2. Natureza jurídica do desapossamento	406
21.3. Extensão do desapossamento	407
21.4. Exceções à regra	409
21.4.1. Os bens inalienáveis e os declarados, por ato voluntário, não sujeitos a execução	410
21.4.2. Os frutos e os rendimentos dos bens inalienáveis	412
21.4.3. Os vestuários e pertences	412
21.4.4. Os vencimentos, subsídios e remunerações diversas	413
21.4.5. Os livros, as máquinas, os utensílios, os instrumentos ou outros bens necessários ou úteis ao exercício de qualquer profissão	414
21.4.6. O seguro de vida	415
21.4.7. Os materiais necessários para obras em andamento, salvo se estas forem penhoradas	416
21.4.8. A pequena propriedade rural	416
21.4.9. Recursos públicos recebidos por instituições privadas	417
21.4.10. Quantia depositada em caderneta de poupança ..	417
21.4.11. O patrimônio de afetação previsto na Lei n. 10.931/2004	417
21.5. Tipos societários	419
21.5.1. Efeitos sobre os sócios com responsabilidade ilimitada	421
21.5.2. Efeitos sobre os demais sócios	421
22. Efeitos jurídicos da sentença declaratória em relação aos contratos	424
22.1. Conceitos	425
22.2. Contratos bilaterais	426
22.2.1. Natureza sinalagmática do contrato bilateral.....	426
22.2.2. Resolução do contrato bilateral por insolvência de uma das partes.....	426
22.2.3. Rescisão contratual requerida por uma das partes ..	427
22.2.4. Efeitos da rescisão judicial do contrato bilateral..	427

22.2.5. Efeitos da inexecução dos contratos.....	428
22.2.6. Efeitos dos contratos unilaterais em curso na falência.....	429
22.3. Regras gerais aplicáveis aos contratos bilaterais na falência — o cumprimento pelo administrador judicial.....	429
22.3.1. A regra especial na falência.....	430
22.3.2. A faculdade do administrador judicial e do Comitê.....	430
22.3.3. A interpelação do administrador judicial.....	431
22.3.4. O ressarcimento do contratante em razão do não cumprimento pelo administrador judicial.....	433
22.3.5. Efeito da condição resolutiva expressa pelas partes antes da falência.....	433
22.3.6. Efeitos do cumprimento do contrato.....	434
22.4. Introdução aos contratos bilaterais na falência.....	435
22.5. Falência do vendedor que não entregou a coisa contratada.....	435
22.5.1. Contrato de entrega de coisas compostas.....	436
22.5.2. Contrato de venda de coisas móveis vendidas a prestação pelo falido.....	437
22.6. Falência do comprador que não pagou a coisa contratada.....	437
22.7. Contrato de compra e venda com reserva de domínio.....	440
22.7.1. Contrato com cláusula de alienação fiduciária.....	440
22.7.2. Contrato de <i>leasing</i> ou arrendamento mercantil.....	445
22.7.3. Contrato de <i>leasing</i> ou arrendamento de aeronave ou de suas partes.....	447
22.7.4. Contrato com cláusula de reserva de domínio.....	447
22.8. Falência do comprador ou do vendedor nas vendas a termo.....	448
22.9. Falência e contratos imobiliários.....	449
22.9.1. Contratos imobiliários com compromisso.....	449
22.9.2. Contratos de locação comercial.....	452
22.9.3. Contratos de incorporação imobiliária.....	452
22.10. Outros contratos e regras especiais previstas na Lei Falimentar.....	453
22.10.1. Contrato de conta-corrente.....	453
22.10.2. Compensação de dívidas.....	455

22.10.3. Acordo para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do sistema financeiro nacional	458
22.10.4. Mandato mercantil	459
22.10.5. Contratos de sociedade firmados pelo falido	460
22.10.6. Contratos de sociedade em conta de participação	462
22.10.7. Condomínio indivisível	462
22.11. Outros contratos não mencionados na Lei Falimentar	462
22.11.1. Contrato de trabalho	463
22.11.2. Contrato de franquia	464
22.12. Resumo gráfico	465

PARTE III — DA ADMINISTRAÇÃO, ARRECADAÇÃO, REALIZAÇÃO DO ATIVO E PAGAMENTO DO PASSIVO

23. Visão geral da administração falimentar	469
23.1. A fase de administração falimentar	469
23.2. Etapas do processo principal	473
23.2.1. A publicidade da sentença falimentar	473
23.2.2. O compromisso e as funções do administrador judicial	475
23.2.3. Convocação da assembleia geral de credores	480
23.2.4. Constituição do Comitê de Credores	481
23.2.5. A continuação provisória da atividade empresarial	483
23.2.6. A apresentação do primeiro relatório	484
23.2.7. A arrecadação e a avaliação de bens	485
23.2.8. Realização do ativo e pagamento dos credores	486
23.2.9. Encerramento da falência	488
23.2.10. Fase pós-falimentar: a extinção das obrigações do falido	489
24. Arrecadação e avaliação dos bens	491
24.1. A arrecadação de bens — conceitos	491
24.2. O lacre das portas do estabelecimento e a apreensão de bens	492
24.3. A arrecadação pessoal e por carta precatória	493
24.4. O acompanhamento pelo Ministério Público	494
24.5. O inventário de livros e bens	495

24.6.	A arrecadação de bens imóveis	497
24.7.	A arrecadação de bens incorpóreos	497
24.8.	Bens não arrecadáveis	499
24.9.	Bens penhorados ou de outra forma apreendidos.....	499
24.10.	Venda antecipada.....	500
24.11.	Avaliação e falência frustrada e de pequeno passivo.....	501
24.12.	Avaliação em separado	502
25.	A ação de restituição e os embargos de terceiro.....	504
25.1.	O objeto do pedido de restituição.....	504
25.2.	A ação de restituição decorrente de titularidade de direito real.....	506
25.2.1.	A coisa deve ter sido arrecadada em poder do devedor	506
25.2.2.	A coisa deve ser devida ao reivindicante em virtude de direito real de propriedade	507
25.2.3.	A coisa pode ter sido alienada posteriormente ao decreto da falência pela massa	508
25.3.	A ação de restituição decorrente de venda de coisas a prazo	508
25.3.1.	Compra com cheque pós-datado	509
25.4.	A ação de restituição de adiantamento de contrato de câmbio	509
25.5.	A ação de restituição por contribuição previdenciária descontada e não recolhida	510
25.6.	Procedimento.....	511
25.7.	Intervenção do Ministério Público	516
25.8.	Liquidação da sentença.....	516
25.9.	Honorários advocatícios, juros e atualização monetária ...	517
25.10.	Os embargos de terceiro	517
26.	As ações revocatórias.....	519
26.1.	Noções	519
26.2.	Distinção entre as ações previstas nos arts. 129 e 130 da Lei Falimentar	521
26.3.	Hipóteses previstas no art. 129 da Lei Falimentar.....	522
26.3.1.	Atos praticados dentro do termo legal.....	522
26.3.2.	Atos praticados no período de dois anos anteriores à decretação da falência	527

26.3.3. Atos nos quais não se leva em consideração o elemento temporal	527
26.3.4. Atos praticados após a decretação da falência	529
26.4. Ação revocatória com fundamento no art. 130.....	531
26.5. Efeitos das ações revocatórias	533
26.6. Securitização de recebíveis.....	536
26.7. Processamento da ação revocatória	538
26.8. Medidas cautelares e recursos	541
26.9. Ineficácia oposta como defesa em ação ou execução.....	541
26.10. Ação revocatória prevista na Lei n. 6.404/76.....	542
26.11. Ação revocatória contra sócio com responsabilidade limitada, por retirada dos fundos sociais	544
26.12. Atos fundados em decisão judicial	545
27. Procedimento liquidatório	547
27.1. A etapa de liquidação	547
27.2. A ordem de alienação	550
27.2.1. Sucessão do arrematante.....	550
27.2.2. Constituição de sociedade de credores ou de empregados do devedor	551
27.2.3. Credores trabalhistas, por acidentes de trabalho e credores incapazes	552
27.3. Modalidades de alienações públicas.....	553
27.4. Impugnações.....	554
27.5. Recurso contra decisão que homologa a venda.....	555
27.6. A ordem de preferência dos credores	555
27.7. Créditos prioritários decorrentes de despesas de pagamento antecipado.....	557
27.8. Créditos prioritários decorrentes de restituição.....	562
27.9. Créditos extraconcursais.....	562
27.10. Créditos concursais ou concorrentes	567
27.10.1. Créditos derivados da legislação do trabalho e decorrentes de acidentes de trabalho.....	567
27.10.2. Créditos com direito real de garantia	568
27.10.3. Créditos tributários, à exceção das multas tributárias	570
27.10.4. Créditos com privilégio especial sobre determinados bens	571

27.10.5. Créditos com privilégio geral.....	573
27.10.6. Créditos quirografários.....	575
27.10.7. Créditos subquirografários.....	576
27.10.8. Créditos subordinados.....	577
27.11. O pagamento aos credores.....	578
27.12. Pagamento de juros.....	583
27.13. Devolução da sobra ao falido ou rateio entre os sócios...	583
27.14. Resumo gráfico.....	583
27.15. O pagamento entre massas solidárias.....	585
27.16. A prestação de contas e o relatório final do administra- dor judicial.....	588
27.17. A sentença de encerramento.....	588

PARTE IV — DA FASE PÓS-FALIMENTAR

28. A extinção das obrigações do falido e sua reabilitação criminal	591
28.1. Extinção das obrigações.....	591
28.2. Extinção pelo pagamento.....	591
28.3. Extinção em decorrência da prescrição.....	593
28.4. Extinção pelo rateio.....	595
28.5. Procedimento de extinção.....	595
28.6. Reabilitação do condenado por crime falimentar.....	596

LIVRO IV DISPOSIÇÕES PENAIS

29. A investigação, a ação penal e os crimes falenciais.....	601
29.1. Apuração de crime definido na Lei Falimentar.....	601
29.2. A abolição do inquérito judicial.....	605
29.2.1. A quebra da unidade na apuração delitiva.....	605
29.2.2. O princípio da unicidade.....	606
29.3. A multiplicidade de vias investigatórias.....	609
29.3.1. Atos investigatórios.....	611
29.3.2. O laudo contábil.....	612
29.3.3. A intervenção dos credores concorrentes.....	614
29.3.4. A apuração dos fatos.....	614
29.3.5. O recebimento ou a rejeição da denúncia.....	618
29.4. Da prescrição.....	618
29.5. Competência.....	619

29.6. Processo-crime	620
29.7. Crimes de fraude a credores ou de falsidade no curso do processo	622
29.8. Crimes relacionados à escrituração contábil	633
29.9. Crimes de natureza patrimonial, por desvio ou especulação de lucro sobre os bens	634
29.10. Outros crimes	639

LIVRO V

PROCEDIMENTOS CONCURSAIS ADMINISTRATIVOS

30. Intervenção, liquidação extrajudicial e administração especial temporária	643
30.1. Noções e conceitos	643
30.2. Conceito de instituição financeira	644
30.3. Regimes de intervenção, administração especial e liquidação	646
30.4. Intervenção extrajudicial	646
30.4.1. Efeitos da intervenção	647
30.4.2. Procedimento administrativo	649
30.4.3. Declaração dos ex-administradores	650
30.4.4. Resumo do procedimento	651
30.5. Regime de administração especial temporária	652
30.5.1. Diferença entre a intervenção e o RAET	652
30.5.2. Procedimento	653
30.5.3. Relatório do conselho diretor	653
30.5.4. Resumo do procedimento	655
30.6. Liquidação extrajudicial	656
30.6.1. Efeitos do decreto de liquidação	656
30.6.2. A figura do liquidante	660
30.6.3. Procedimento	661
30.6.4. Modalidades de liquidação	662
30.6.5. Resumo do procedimento	663
30.7. Cessação dos regimes	664
30.8. Outros regimes especiais	666
31. Da responsabilidade dos administradores: da indisponibilidade, das ações de arresto e ordinária de responsabilidade	667

31.1. Do inquérito administrativo.....	667
31.2. Ações de arresto e ordinária.....	668
31.3. Indisponibilidade de bens.....	669
31.3.1. Indisponibilidade ordinária.....	669
31.3.2. Indisponibilidade estendida ou superveniente.....	670
31.3.3. Extensão por integração de atividade, vínculo de interesse ou de controle.....	670
31.3.4. Cessação da indisponibilidade.....	672
31.3.5. Distinção entre indisponibilidade e arresto.....	673
31.4. Do conceito de administrador.....	673
31.5. Da responsabilidade dos administradores — teorias.....	674
31.5.1. Da responsabilidade objetiva.....	675
31.5.2. Posição intermediária.....	678
31.5.3. Da responsabilidade por culpa presumida.....	679
<i>Bibliografia</i>	681
<i>Índice Onomástico</i>	697
<i>Índice da Legislação Mencionada</i>	703
<i>Índice Alfabético-Remissivo</i>	713